

## ABORDAGEM HISTÓRICA DA ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DO ESTIGMA AO DIREITO

### **Abordagem histórica da atenção à pessoa com deficiência**

Percorrendo a história da humanidade, segundo Aranha, pode-se perceber que a atenção dada à pessoa com deficiência pela família e pela sociedade está diretamente ligada aos padrões, valores, crenças e formas de organização dessa sociedade. Assim, convido-os a percorrer comigo esta história.

### **Antiguidade**

Na Grécia antiga, só senhores de posses eram tidos como "cidadãos". Mulheres, crianças e escravos não tinham valor social. Era grande a valorização de herdeiros legítimos, ou seja, crianças sadias que assumiriam o papel de continuidade da família. Tratava-se de uma sociedade belicista e que pregava o culto à perfeição e à beleza física. Em Esparta, os meninos eram treinados desde os 7 anos em casernas para aprenderem a guerrear. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram eliminadas por exposição, isto é, abandonadas para que morressem de fome ou devoradas por algum animal.

Na Roma republicana, família era considerada como tudo aquilo que estivesse sob o poder paterno: terras, animais, equipamentos etc. Escravos, mulheres e crianças eram tidos como sub-humanos e tratados como objetos. As crianças que nasciam com alguma anomalia eram poupadas da morte, mas acabavam servindo de diversão para os nobres romanos em seus festins, como “bobos da corte” ou sendo ridicularizados nas feiras populares.

## **Era Cristã**

Com o surgimento do Cristianismo, o fato de se considerar o homem como sendo criação e manifestação de Deus, também as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas como humanas, como filhas de Deus, merecendo, portanto, a caridade alheia e não mais a morte. Nessa época, porém, as crianças não possuíam valor social e a mortalidade infantil era bastante elevada, sendo uma das formas de morte a asfixia, por partilharem o leito do casal. Isso não era confessado, mas também não era considerado como vergonha: fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo. Muitas crianças com deficiência foram eliminadas por seus pais dessa forma. A situação chegou a tal ponto que os Bispos lançaram um Édito proibindo, com veemência, tal conduta. Quanto às pessoas com deficiência, estas eram afastadas da sociedade e internadas em asilos, junto com mendigos, loucos e todos aqueles que incomodavam a sociedade.

## **Idade Média**

Na Idade Média, a sociedade se organizava em feudos, responsáveis pela agricultura, pecuária e artesanato. Nobreza e igreja católica eram as classes dominantes, sendo guardiãs do conhecimento e dominando as relações sociais. As famílias eram extensas, não havia envolvimento afetivo e as famílias não assumiam sua função educativa; em Paris, por exemplo, as crianças eram afastadas do lar e amamentadas por amas, sofrendo maus tratos, retornando ao lar com 6 ou 7 anos, às vezes, com mutilações. As casas abrigavam patrões, crianças, aprendizes e criados, que formavam um grupo com intensa vivência entre as camadas sociais. Havia uma grande ligação entre família e sociedade, não existindo um setor privado. Os castigos ministrados pela Igreja eram considerados como um ato de caridade, a fim de salvar a alma do demônio e livrar a sociedade de condutas indecorosas ou antissociais. No século XV, a população passou a ser instigada a delatar homossexuais, ciganos,

mulheres que praticavam a bruxaria e quem não seguia a fé cristã. Milhares de pessoas com qualquer atitude tida como "anormal", de acordo com os critérios estabelecidos pelo clero alimentaram as fogueiras da Inquisição - entre elas, milhares de pessoas com doença e/ou deficiência mental, sem condições de se defender das acusações de heresia.

## **Século XVI - Renascença**

Na Europa, a Revolução Burguesa provocou a queda da monarquia e do clero. Surgem os Estados Modernos, com uma nova divisão social do trabalho e o capitalismo mercantil, que cria uma nova relação entre donos dos meios de produção e operários. A Burguesia dá início ao processo de estabelecimento de contratos de trabalho. Algumas mulheres passaram a assumir funções de Estado, como Elisabeth da Inglaterra. Quanto às famílias, há o início do isolamento frente à sociedade, com a preservação da intimidade, protegendo-se da pressão social: ocorre a separação entre a vida privada da profissional e da mundana. Na Igreja ocorreu também a Reforma Protestante, de Lutero e Calvino, com uma verdadeira caça às bruxas e retorno às ideias de pecado. Surgem atos de intolerância e de punição em relação às pessoas com deficiência, que sofreram severos castigos para expiar as culpas da humanidade.

Nessa época os hospitais abrigavam não só os doentes, mas também os necessitados, entre os quais alguns com deficiência, onde recebiam abrigo e alimentação. Mais do que um lugar de cura, era um lugar para se morrer. Nesses hospitais os alquimistas, como Paracelso e Cardano, precursores da medicina, preocuparam-se em estender seus cuidados a essas pessoas e perceberam que a deficiência não constituía um problema teológico e moral, mas acometia pessoas doentes, dignas de piedade. A pessoa com deficiência passa a ser vista como problema médico, sendo tratada através da alquimia, magia e astrologia em instituições fechadas, como conventos ou hospícios.

## **Séculos XVII e XVIII**

Nessa época tem início o capitalismo comercial e a Burguesia se consolida no poder. As famílias passam a valorizar as crianças, surge a afetividade em relação à prole e a preocupação em prepará-la para a vida. Surge a família moderna, nuclear, hierarquizada, como uma pequena sociedade, com valores, padrões e cultura próprias. Este é o modelo de família idealizado até hoje.

Escolas são criadas para dar formação às crianças, geralmente internatos mantidos por religiosos, com educação bastante rígida. Surge o culto à razão em detrimento da emoção, havendo um grande avanço da Medicina. Como doença, a deficiência passa a ser campo de interesse da ciência médica, com uma visão organicista; no modelo médico, o corpo deve ser objeto de tratamento e de estudo das causas, como o mal causado pelos "ares". Tratadas como doentes e improdutivas, as pessoas com deficiência são isoladas em grandes asilos e hospitais, deixando em paz a família e a sociedade.

Com a "evolução" das Ciências Médicas, organizam-se serviços especializados e a deficiência, além e apesar de doença, passa a ser considerada como um problema de aprendizagem. As pessoas com deficiência começam a ser vistas como capazes de aprender e desenvolver habilidades. Passa-se de um fatalismo médico a uma identificação e criação de possibilidades pedagógicas. Locke e outros afirmam sua condição de serem treinados e educados, mas tanto o poder público como a família não vêm vantagens em assumir esta tarefa. Ainda é a figura do médico a autoridade que busca explicações e de quem partem as iniciativas educacionais em relação a essas pessoas, mas ainda calcadas na ideia de fatalismo unitarista e irrecuperabilidade. Nesse século destacaram-se o Abade de L'Épée, pioneiro no ensino de cegos e Pereira, criador da linguagem para surdos.

## **Século XIX**

Século de grandes transformações político-econômicas na Europa Ocidental, com a Revolução Francesa. O capitalismo comercial se intensifica e tem início a estruturação dos sistemas nacionais de ensino e a escolarização para todos, com o objetivo de formar cidadãos produtivos. A família burguesa mantém o princípio da reciprocidade e hierarquia, com seus papéis pré-determinados e não conflitivos. Quanto aos valores e normas sociais, privilegiam-se a noção de desigualdade entre os indivíduos e a valorização daqueles produtivos.

A doutrina unitarista de deficiência é abalada e apontam-se fatores causais diferentes e especificidade sintomatológica. O progresso da pessoa com deficiência dependerá do quanto de inteligência que possui, do grau de comprometimento das funções orgânicas e da perícia na aplicação do método de estimulação. Itard e Seguin reafirmam condições de educabilidade das pessoas com deficiência mental através do treino sensório-motor e o médico Esquirol estabelece, pela primeira vez, a diferença entre doença e deficiência mental. Paralelamente ao desenvolvimento do modelo pedagógico, desenvolvem-se as concepções da deficiência como problema anátomo-fisiológico e funcional, estruturando-se, a partir do início deste século, as

Instituições modernas de reabilitação, em geral, filantrópicas e escolas especiais, mas em locais segregados e distantes das cidades, onde mais se controla do que se educa.

No final do século XIX, com a descoberta dos agentes infecciosos, julgava-se que seria apenas uma questão de tempo descobrir as causas das doenças e que sua cura seria uma consequência natural. Surge, então, a ideia da evolução natural das doenças, com as fases de prevenção, tratamento e reabilitação.

## **Século XX**

Século marcado pelas duas Guerras Mundiais, Guerra do Vietnã e pelo capitalismo financeiro, que gerou grandes disparidades econômicas entre os países. Houve um incremento das pesquisas e da assistência em reabilitação, em virtude das necessidades advindas dos sobreviventes mutilados. Surge o modelo de serviços e a reabilitação constitui condição prévia para a recuperação social e profissional dessas pessoas, que demandavam a sua reinserção no mercado de trabalho.

A partir da modernidade há a tendência das Instituições se organizarem por tipo de serviço prestado e área de deficiência a ser atendida. Dessa forma, podemos encontrar hoje Instituições que têm sua história baseada no desenvolvimento da Medicina, voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência física e que se organizam a partir das especialidades da Medicina e do desenvolvimento das profissões afins; e outras, que se estruturam a partir da Pedagogia, com equipes multiprofissionais e que atendem pessoas com deficiências sensoriais e intelectual. Há um grande número dessas Instituições de pequeno e médio porte em todo o país.

Na década de 80, o lema do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, "Participação Plena e Igualdade", começa a despertar a consciência de alguns segmentos da sociedade, no sentido de reconhecer que não se pode focar somente a adaptação das pessoas com deficiência à sociedade, mas que esta também precisa verificar no que poderia se adaptar a elas. Surge a ideia de Integração, que procura mostrar à sociedade a necessidade de se abrir espaços às crianças com deficiência, mas ainda se trata de um movimento unilateral, em que a criança com deficiência deve, com o auxílio da família, do Centro de Habilitação ou outro recurso educacional, adequar-se ao meio em que vive. Este tipo de integração pouco ou nada exige da sociedade quanto a modificação de atitudes, de espaços físicos ou de práticas sociais

## Século XXI

Surge a concepção de Inclusão baseada na ideia de pessoas diferentes convivendo entre si, valorizando-se a diversidade humana. A Inclusão é um processo, portanto, bilateral, em que o indivíduo busca ajustar-se às exigências sociais, mas a sociedade também deve adaptar-se as suas características e necessidades individuais. O conceito de deficiência deixa de estar centrado exclusivamente no indivíduo, sendo concebido agora a partir da relação homem/meio. A deficiência surge das possibilidades e limitações oferecidas pelo meio. Trata-se, portanto, de um conceito apoiado em um modelo social. O processo de habilitação/reabilitação deixa de ser de responsabilidade exclusiva do indivíduo e passa a depender também da equiparação de oportunidades, ocorrendo simultaneamente ao processo da Inclusão. As Instituições que atendem o conjunto da população são responsáveis, também, pelo atendimento à pessoa com deficiência, que deve estar inserida nos sistemas sociais gerais. Essas Instituições, portanto, não devem excluir ninguém.

Assim, a ideia de Inclusão não admite graus. O indivíduo está ou não está incluído nos sistemas sociais gerais, ou seja, nas escolas comuns, nos hospitais gerais, no mercado de trabalho, nos clubes etc. Por outro lado, a reabilitação passa a ter por objetivo a qualidade de vida da pessoa, e não somente melhorar a sua funcionalidade. E essa qualidade de vida vai depender da família, da vizinhança, da família estendida, dos serviços de apoio, das instituições e da comunidade em geral.

A Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, com seus mais de 50 Artigos, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 como Emenda Constitucional e promulgada pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, início de sua vigência no plano interno, serviu de base para a promulgação da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, também chamada de Lei Brasileira de Inclusão. E ambas são importantes instrumentos na defesa de direitos e na inclusão social da população com deficiência nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Diversidade e ação comunitária** Palestra proferida nas Oficinas de Sensibilização, do Projeto “Centro Nacional de Formação Comunitária”, MJ/SDH e SORRI-BRASIL.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família** LTC Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro 2ª Edição 1981

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da superstição à ciência** T. A. Queiroz Editor Ltda. e EDUSP Editora da Universidade de São Paulo 1984